



Readaptação Funcional: Uma voz silenciada no canto da Escola

José Valvernages de Farias¹; Joelson Rodrigues Miguel²

Resumo: A pesquisa que se propôs a entender o sentido do processo de readaptação funcional vivenciada pelos professores efetivos da rede pública municipal do município de Banabuiú-CE, discorrendo sobre os impactos que este processo produz na vida desses trabalhadores. Parte do pressuposto de que a reinserção no trabalho pela readaptação possui importante significado para o trabalhador a ser compreendido, pois seu afastamento por motivo de saúde gera uma nova condição laboral, social e simbólica, levando-o a vivenciar relações singulares sucedidas no próprio ambiente de trabalho, além de sentimentos de perda, incompreensão, frustração e fracasso, afetando não somente a sua atuação profissional, mas uma ameaça a sua própria identidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa realizada por meio de entrevistas com os sujeitos em situação de readaptação funcional. Para uma melhor compreensão do estudo e avaliação dos resultados, as falas dos sujeitos foram registradas por meio de uma escuta sensível por parte do pesquisador e divididas em blocos para análises emitidas a partir dos trechos dos discursos retirados das entrevistas com os professores e gestores. Trata-se de uma forma de ordenação dos resultados, realçando o ponto de vista dos próprios trabalhadores. Os resultados demonstraram que a readaptação se efetiva em um ambiente precarizado, com relações pessoais degradantes e viabilizadas por funções desvirtuadas da sua formação profissional, que além de ser fragmentada passa a ser acompanhada por um sentimento de insegurança, desmotivação frente a sua identidade profissional. O trabalho deixa de ter o seu papel estruturante para tornar-se fonte de sofrimento e adoecimento. Apontamos como principais fontes do adoecimento docente a cobrança por resultados e o seu agravamento a falta de políticas municipais para acolher esses profissionais além da falta de sensibilização e compreensão dos professores que estão em sala de aula.

Palavras chave: Readaptação profissional. Sofrimento. Condição laboral.

Functional Readaptation: A Silenced Voice In The School Corner

This paper proposed to develop to justify the process of functional readaptation experienced by the teachers of the municipal public network of Banabuiú-CE, discussing the impacts that produce the life of a worker. Part of the assumption of a reintegration in the work by the readaptation is important for the worker to be understood, for his removal by reason of salience is a condition of work, social and symbolic, leading him to experience singular relationships realized in the own work environment, as well as feelings of loss, misunderstanding, frustration and failure, affecting not only their professional occurrence but also a threat to their own identity Searching for an exploratory and qualitative research attained by through interviews with the participants involved in the situation of functional readaptation. In order to improve the understanding of the study and the evaluation of the results obtained, the subjects' speeches were recorded through a sensitive listening by the researcher and divided into blocks for analyzes emitted from the excerpts from the speeches taken from interviews with teachers and managers. It is a method of ordering results, highlighting the point of view of the workers themselves. Work no longer has its structuring role. Instead, it becomes a source of suffering and illness. This paper points out that the main sources of teacher illness is the charging of results and its worsening due the lack of municipal policies to accommodate these professionals in addition to the lack of awareness and understanding of the teachers who are in the classroom.

Keywords: Functional readaptation. Suffering. Labor condition.

¹ Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Mestrado em Educação pela Florida Christian University. Orlando – FL. revlav.ce@hotmail.com

² Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción, Paraguai. Pós Doutorando pela Florida Christian University. Orlando – FL. joelsonmiguel@hotmail.com

Introdução

Assistimos, na atualidade, uma crescente valorização da produtividade do trabalho humano em detrimento a valorização do ser em seus aspectos subjetivos, psicológicos e sociais. O trabalho exaustivo e estressante, como no caso dos professores, pode levá-los o esgotamento psicofísico, desencadeando doenças e/ou síndromes que os afastam do seu exercício efetivo de sala de aula afim de que os mesmos possam ser tratados. Porém, o processo mais dramático que se segue após o afastamento é o da readaptação funcional – temática de abordagem proposta para essa pesquisa – processo pelo qual esses trabalhadores, limitados a desenvolverem suas atividades produtivas na sala de aula, são colocados em funções alheias à sua formação ou percebidos como “invisíveis” e “jogados” em um canto da escola como se fossem estorvos que vivem à custa do poder público.

Readaptação funcional de professores da rede pública de ensino constitui a temática central desta pesquisa, cujo título denomina-se Readaptação Funcional: uma voz silenciada no canto da escola, dando ênfase aos enfrentamentos destes profissionais, no tocante as relações destes com o novo tipo de trabalho, ou seja, na condição de readaptados, suas posições, suas dores e estigmas de “doente” ou “incapaz”, frequentemente vivenciado no ambiente de trabalho. Abrangerá os aspectos legais e efetivo relativos à (des) caracterização da identidade ou a crise desta, nos quais estes profissionais são submetido, dando ênfase aos aspectos orgânicos e psicológicos que afetam o readaptado.

A principal questão que se coloca como problema é conhecer o modo como os professores da Rede Pública Municipal de Banabuiú-CE enfrentam as dificuldades presentes no processo de readaptação funcional. Considerando que há poucas pesquisas nesta área, especialmente no que se refere ao sentido que a readaptação profissional produz do ponto de vista da identidade e desvalorização dada ao trabalhador que é “desviado” da sua função produtiva. Acredita-se que as colocações advindas das falas e posicionamentos desses profissionais poderão ser de grande contribuição para adotarmos um posicionamento diferenciado frente a esses docentes, uma vez que, ao conhecer melhor a situação vivenciada por estes, possamos construir uma visão altruísta, fazendo com que esta questão seja tratada de uma maneira mais sensível, apontando para outros comportamentos, seja pelo o sistema público, seja pelos demais profissionais que convivem com os trabalhadores que experimentam esta situação.

Tem-se como objetivo geral para este estudo conhecer a Readaptação Funcional dos professores da Rede Pública Municipal de Banabuiú-CE. Os objetivos específicos foram definidos: identificar como a gestão das escolas públicas possibilita a readaptação funcional a partir de suas vertentes emocionais e socioeducativas; descrever os fatores da Readaptação Funcional e os efeitos empíricos que esse processo produz; e, explicar a importância da Readaptação Funcional na visão dos professores que vivenciam esse processo.

A investigação se justifica porque o processo de readaptação funcional na rede pública de ensino tem provocado muitas discussões e até mesmo estudos de natureza científica, porém, sem muito efeito prático no que diz respeito à condição laboral e psicoafetiva desses trabalhadores. Percebe-se, então,

que a realidade enfrentada no cotidiano docente em situação de readaptação impõe dificuldades e significados pouco compreendidos no contexto das relações escolares, o que leva à pertinência de um debate renovado acerca dos enfrentamentos que as pessoas que tiveram a sua saúde afetada no cumprimento de suas funções, considerando não somente a gênese dessas doenças e de sua gravidade, mas os efeitos que essa nova situação traz para o docente readaptado.

Revisão de Literatura

A Importância da Readaptação Funcional no Contexto Escolar

Durante muito tempo, as pesquisas no campo da relação entre trabalho e saúde dos professores foram escassas ou não eram realizadas em profundidade para que pudesse oferecer uma explicação mais contextualizada sobre esse fenômeno. É compreensível que com aumento da demanda do ensino, principalmente depois que a educação básica passou a ser um direito subjetivo do indivíduo e uma obrigação do Estado conforme consta o texto constitucional de 1988 (BRASIL, 1988), provocou, também, o aumento do número de professores na rede pública de ensino. Acrescenta-se a isso, a proposta de uma educação de qualidade para todos, como também, o desenvolvimento de um ensino por competência que deveria ser de competência dos professores.

No bojo dessas transformações está atuação do professor que agora precisa comportar em seu trabalho, outras competências e, por conseguinte, o redimensionamento da prática educativa cuja maior cobrança é o resultado. Esse processo tem causado instabilidade e conflitos na vida do professor tendo como consequência imediata o seu adoecimento. Vários autores tratam esse novo contexto educacional e o papel que os docentes são cobrados a desenvolverem como responsável pelo seu adoecimento, como aponta Assunção (2003), Lacaz (2010) e Krugmann (2015).

Rodrigues (2009) comentando sobre o conflito gerado na atualidade na relação educação e sociedade diz que:

As fontes vinculadas ao contexto sócio/educativo dizem respeito à relação da escola com a sociedade, onde a sociedade, atualmente, caracteriza-se mais pelo conflito que pelo consenso social; a escola busca novos significados para justificar as razões de sua existência através da subjetividade conformista com elementos de rendimento e de comportamento. (RODRIGUES, 2009, p.44).

Cruz e Lemos (2005) discorrendo sobre a função que os docentes atravessam na contemporaneidade afirmam que eles vivem uma de suas piores situações. O professor que deveria ser visto como profissional fundamental para a sociedade, atualmente, luta pela valorização e reconhecimento de seu trabalho, ocupando um lugar fundamental no processo social produtivo. Neste quadro de condições de trabalho, o ensino, considerado o exercício da prática cotidiana dos professores, apresenta aspectos particulares, considerados geradores de fatores que determinam problemas físicos e

psíquicos. Exercem atividades de assistência interpessoal e de dedicação ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, ficando predispostos aos chamados riscos psicossociais no trabalho, somados aos agravos na condição física, que proporcionam os desgastes profissionais. Caracterizam a prática docente como parte integrante do processo de ensino/aprendizagem, que apresenta condições peculiares e que podem ser geradoras de doenças físicas e psíquicas.

Fazendo referências aos reflexos que o nosso sistema educacional impõe aos professores, mediante as diversas formas de controle, Silva (2007) faz uma associação entre a situação real de trabalho vivenciado pelos professores afirmando que sofrimento e o adoecimento dos professores é o repúdio do psiquismo pelas imposições e condições a eles oferecidas para exercerem a profissão. E, uma das formas de romper com essa realidade é descrever o que esses profissionais pensam, sentem, além disso, é necessário explicar esses pensamentos, sentimentos e vivências, não em si mesmos, mas na sociedade em que vivem e que constituem seus modos de ser e agir.

É, portanto, na busca de uma melhor compreensão do contexto e das condições em que se encontram muitos de nossos companheiros e contribuir para um tratamento mais humanizado não somente do sistema público, mas, também, dos pares e segmentos que fazem parte do ambiente escolar que este estudo pretende contribuir. Especificamente, ter olhar diferenciado e mais acolhedor aos profissionais que enfrentam a readaptação profissional.

A readaptação funcional, que *a priori* se constitui como “uma solução” para resolver os problemas relacionados à saúde que os professores enfrentam, carregam em seu bojo, outras situações de ordem profissional e socioafetiva que, dificilmente, são considerados na hora de fazer a inserção desse profissional na nova função designada para ele desempenhar. Esses fatores de ordem pessoal, a princípio, podem ser reforçados pelo contexto e os demais segmentos (gestores, professores, alunos, pais) passam a ver esse professor depois da sua reinserção no trabalho. Muitos fatores vivenciados no processo de readaptação são invisíveis àqueles que não passam por esta experiência. Subjetivamente, ele precisa lidar não somente com seus problemas orgânicos que provocaram seu afastamento da sala de aula, mas também pelas próprias representações que adquire sobre si e perante aos outros.

Dor e sofrimentos são sentimentos inter-relacionados que não afetam somente o aspecto físico e pessoal do indivíduo. No mundo do trabalho, este estado provoca alterações no desempenho do profissional, além do que, pode também interferir no estado relacional que a pessoa doente estabelece com os outros, refletindo imediatamente no seu Eu.

O Eu relacional pode ser importante fonte de gratificação, de autoaceitação, mas, também, de sofrimento. É na relação com os outros que a pessoa recebe reconhecimento, confiança, amizade, amor, ou, ao contrário, sentir-se rejeitada, mediante as sensações de afastamento e indiferença daqueles em que compartilha sua vida social e profissional. (GAMEIRO, 1999).

É através dos processos de adoecimento e seus possíveis danos à pessoa e a sua atividade laboral que os sintomas relacionados à alteração da autoimagem e na autoestima começam a se tornarem mais evidentes. A pessoa perde os seus papéis familiares e sociais, sente-se um “fardo”, colocando-se numa

situação de dependência e de perda psicológica do Eu, seja a perda de amizade, do reconhecimento ou da previsível desintegração do seu ambiente de trabalho que pode constituir-se como um fator gerador de sofrimento.

A dor enquanto elemento que conduz ao sofrimento, e apresentado por Paulo (2006), da seguinte forma:

A dor é algo intrínseco ao próprio indivíduo. Sempre vivido na primeira pessoa, e só acessível a terceiros por aquilo que a própria pessoa comunica verbalmente ou por outra forma. É um fenômeno cuja complexidade não se esgota na consciência de um estímulo, mas se prolonga num crescendo de emoções, atitudes e comportamentos que traduzem a extensão do sofrimento. Muito além da sensação ela é uma percepção moldada pela personalidade de quem sofre e pelos contextos sociais que a rodeiam. (PAULO, 2006, p. 28).

Compreende-se então, que a dor é uma condição real e invisível aos olhos dos outros e rodeada de complexidades que interferem em especial a vida do doente, mas que depende da compreensão dos outros.

Sabendo que a dor e por consequência o sofrimento causado por ela altera a perspectiva comportamental da pessoa, Morse (2001) apud Paulo (2006), identifica dois estágios distintos e divergentes que o indivíduo nessa circunstância enfrenta. O primeiro estágio é o “suportar” que ocorre como resposta a uma ameaça à integridade da pessoa. Traduz num “desligar” das respostas emocionais de forma a permitir que ela lute contra a doença. É uma estratégia que permite ao indivíduo fazer o que é preciso ser feito, sem que isso o perturbe emocionalmente. Diante dessa ameaça que a doença apresenta, o indivíduo adota um comportamento que permite continuar com suas atividades e rotinas diárias. No entanto, o fato de agir dessa maneira não significa que no seu interior a dor tenha desaparecida. É apenas uma estratégia para colocar a percepção da ameaça em segundo plano para que a vida possa continuar.

Ainda fundamentado no pensamento de Morse (2001), Paulo (2006) esclarece que este estágio, em sua amplitude máxima pode deixar a pessoa despojada de suas emoções que se refletem diretamente em comportamentos físicos como: sem mímica facial, postura ereta e movimentos mecânicos. O seu discurso pode ser caracterizado por um tom monótono, com frases curtas e suspiros frequentes. Na sua fase mais grave, a supressão emocional “desliga” a pessoa da vida, de modo que posteriormente, não recorde do evento causador do seu sofrimento. Entretanto, a energia emocional suprimida neste estágio, tende a se manifestar de algum modo. Frequentemente, a pessoa sofre explosões emocionais intensas, por motivos triviais que funcionam com escape das energias que foram armazenadas. Esses episódios em geral são de curta duração e mais recorrentes com as pessoas mais próximas, porém, rapidamente a pessoa volta ao seu estado de “suportar”. Esses comportamentos são justificados devidos serem instintivos e úteis frente a uma ameaça desestruturante, permitindo a preservação do EU.

O segundo estágio definido é do sofrimento emocional que se caracteriza como uma fase de grande aflição em que as emoções são libertadas. Nesse estágio, a pessoa já se encontra em grande

tristeza e pode exteriorizar esse sofrimento por meio de gritos, soluços, gemidos ou chorar constantemente. Pode também assumir comportamentos de interiorização onde ela pode permanecer imóvel, de cabeça baixa, com olhar distante ou agir paradoxalmente e quere desabafar com qualquer pessoa, repetindo a sua história de perda, como para convencer a ela própria de seu pesadelo real.

Esteve (1999) mensura que o esgotamento dos professores se manifesta com frequência associado ao conceito de estresse, que o esgotamento físico e mental é devido também às múltiplas tarefas fragmentadas pelas quais o professor realiza no cotidiano de seu trabalho, que engloba desde sua postura agradável e simpática, cuidados com ambiente da sala, ritmo de aprendizagem dos alunos, avaliar, atender aos pais e até outros atributos burocráticos, realizados extraclasses. Mediante essa responsabilidade desproporcional, surge à ansiedade de expectativa que pode emergir a depressão.

A partir desta situação, pode-se dizer que tais sintomas estão relacionados intimamente às condições de trabalho, ou seja, a dinâmica laboral interfere nas capacidades físicas e emocionais do docente para atingir as metas de produção do processo educativo, e, diante disso, gera um esforço além das possibilidades reais do docente, exigindo e comprometendo as funções psicofisiológicas. Analisando por esta ótica, vimos que as consequências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos: desmotivação pessoal e elevados índices de absentéismo e de abandono.

Diante do cenário delineado, não raramente, resta ao professor um ambiente de trabalho precarizado, com relações pessoais degradadas e uma atividade fragmentada e sem sentido, acompanhado de um sentimento de insegurança, desmotivação e insatisfação, frente à perda de identidade profissional, desqualificação e desvalorização (OLIVEIRA, 2004).

A relação entre saúde mental e trabalho parte da ideia de que as ações implicadas no ato de trabalhar podem, não só atingir o corpo dos trabalhadores, produzindo disfunções e lesões biológicas, mas também podem produzir reações psíquicas e desencadear processos psicopatológicos.

As condições de trabalho, mediante as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar sobre-esforço de suas funções psicofisiológicas, alterando o seu estado de saúde. Se não há tempo para a recuperação, são desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais, conforme descrito anteriormente.

O caminho percorrido pelos trabalhadores desde o momento em que ele tem a sua saúde afetada até ele conseguir a condição de readaptado é longo e doloroso. São muitas visitas aos médicos, busca por diagnósticos, junta médica e a indicação para a readaptação. A condição de readaptados que a princípio aparece como “solução” para o enfrentamento da doença, torna-se, em muitos casos, uma nova luta a ser enfrentada, tendo em vista que essa nova condição afasta-os das funções pelas quais eram qualificados e passam a desempenhar funções totalmente alheias à sua formação e experiências profissionais, ocasionando-lhes novas dificuldades que alteram a sua identidade profissional. A respeito do sentido da readaptação, Santos (2015) afirma que:

O sentido da readaptação, então, é do espaço do adoecimento, do estigma, do isolamento e do esvaziamento do trabalho. Estes sentidos são permeados e tem como pano de fundo as vivências de violência na escola e como atribuem sentido a essas experiências. Percebemos que o sentido da violência passa pelo viés da precária condição de trabalho, das relações sociais deterioradas, da ausência ou dificuldade de reconhecimento de si e do outro nas relações. (SANTOS 2015 p. 109).

É essa complexidade acerca do fenômeno da readaptação funcional que precisa ser melhor compreendida entre todos os segmentos que fazem parte o sistema educacional do nosso país. Enfrentá-la com responsabilidade e humanidade pressupõe em conhecimento da realidade onde seja possível uma análise histórica, crítica e social do conjunto das relações em que os sujeitos e objetos estão inseridos, indo além do mundo das aparências e conveniências para adentrar no mundo concreto, real, subjetivos daqueles que de alguma forma encontram-se marginalizados pelo simples fato de encontrarem-se doentes e com sua capacidade produtiva comprometida.

Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa realizada por meio de entrevistas com os sujeitos envolvidos na situação de readaptação funcional. Para uma melhor compreensão do estudo e avaliação dos resultados, as falas dos sujeitos foram registradas por meio de uma escuta sensível por parte do pesquisador e divididas em blocos para análises emitidas a partir dos trechos dos discursos retirados das entrevistas com os professores e gestores. Trata-se de uma forma de ordenação dos resultados, realçando o ponto de vista dos próprios trabalhadores. Para a fundamentação teórica foram utilizadas as publicações com pesquisas e resultados em nível de dissertações e teses, cujas temáticas abordam as questões relacionadas com o processo da readaptação profissional, sua causas, efeitos, dramas e danos provocados à saúde, à identidade e a sua nova situação laboral.

O campo de estudo foram três Escolas da Rede Pública Municipal do município de Banabuiú/CE, onde encontram-se professores efetivos que vivenciam o processo da readaptação funcional há pelo menos seis meses e seus respectivos gestores. Ressaltamos que o critério de escolha do campo empírico foi o da existência de professores em situação de readaptação profissional, nesse sentido, das 13 escolas que fazem parte da rede municipal de ensino, participaram da pesquisa apenas as três onde há docentes readaptados.

Os docentes participantes da pesquisa foram selecionados através do critério de enquadramento legal, sem distinção de lotação ou função que ora exercem, pois o intento principal é conhecer o ponto de vista, o sentimento e as dificuldades que professores readaptados manifestam, por intermédio de relatos diversos das experiências vivenciadas. Quanto aos gestores foram incluídos na amostra aqueles das escolas em que o docente readaptado está lotado.

Como se trata de uma pesquisa cuja amostra se constitui como não probabilística, a seleção de amostra para esta pesquisa assume um caráter intencional ou por julgamento que é realizada de acordo

com o julgamento do pesquisador e por se enquadrar nos critérios de seleção que é o de readaptado em condições previsto em lei. A abordagem da amostragem por julgamento pode ser útil quando é necessário incluir um pequeno número de unidades na amostra (COSTA, 1997).

Foram realizadas entrevistas individuais compostas de nove questões semiestruturadas direcionadas a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos professores em situação de readaptação funcional e seis questões direcionadas aos seus respectivos gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) voltadas para compreensão do papel exercido pela gestão para assegurar e assistir o docente em processo de readaptação. Essas questões poderão, ainda, orientar outras questões que contribuirão para esclarecer ou elucidar as principais.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, logo após o encontro com o(s)/a(s) pesquisado(s) (as). O estudo está de acordo com os procedimentos éticos estabelecidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e complementada pela resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam das diretrizes sobre as pesquisas envolvendo seres humanos.

Resultados e Discussões

Contexto da Readaptação Funcional no Município de Banabuiú-CE

A readaptação funcional é um direito institucionalmente garantido pelo art. 24 da Lei Federal Nº 8.112 de 1990. No entanto, muitos trabalhadores ainda encontram dificuldades para ter acesso a esse direito, ou, quando o tem, sentem-se com dificuldades para se enquadrar nas novas funções, principalmente por não existirem leis ou políticas de apoio e assistência ao trabalhador readaptado.

No caso específico dos servidores efetivos do município de Banabuiú-CE, em que não há uma legislação no âmbito municipal para tratar da readaptação funcional, frequentemente o gestor age conforme as indicações médicas ou no trato direto com o servidor, negociando alternativas que atendem muito mais as peculiaridades pessoais do que legais. Isso se comprova pelo fato de existir no município, servidores que trabalham um turno em sala de aula e outro turno em outro ambiente da escola. Porém, essa negociação/saída não é regra, alguns servidores vivem essa situação e outros não. O que é mais evidente é que a maioria resiste o máximo em entrar com licença no INSS ou mesmo encaminhar suas aposentadorias devido à queda brusca nos valores de seus vencimentos.

Uma professora entrevistada relatou que ao entrar de licença pelo INSS, seus salários sofreram uma queda de mais de cinquenta por cento. Os relatos dos docentes pesquisados demonstram que a situação de cada servidor adoecido é negociada individualmente com seus gestores e, que, muitas vezes, as decisões são tomadas pelo princípio da personalidade, já que alguns readaptados do passado, no presente assumem cargos comissionados para não estarem em sala de aula ou comprometerem os seus salários. Importante ressaltar que estes procedimentos ferem os princípios constitucionais da Lei Federal

de 1988, art. 37 e art. 5º, que tratam, respectivamente, da impessoalidade e da isonomia na administração pública. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Há, pelo menos, dois fatores que contribuem para que os servidores resistam para tirar licenças médicas ou encaminhar suas aposentadorias. O primeiro deve-se às perdas salariais que o sistema previdenciário impõe aos trabalhadores. A primeira etapa do cálculo dos benefícios da Previdência Social é a apuração do salário-de-benefício que consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde a competência de julho de 1994, conforme prevê o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A média deve ser ainda, multiplicada obrigatoriamente pelo fator previdenciário, no caso da aposentadoria por tempo de contribuição e, opcionalmente, quando se tratar de aposentadoria por idade, para obter o salário de benefício. (BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2008).

Vale lembrar que o salário de benefício é resultante do cálculo de uma média salarial, seja por tempo de contribuição, seja por idade que engloba valores distintos que acaba por reduzir ainda mais o benefício. Difícilmente os oitenta por cento referentes aos maiores salários de contribuição da vida de uma pessoa serão todos equivalentes ao teto que ele irá receber com a aposentadoria.

O outro fator que contribui para essa resistência dos servidores municipais do município de Banabuiú-CE encaminharem as licenças médicas ou mesmo a sua aposentadoria é o fato de alguns gestores do poder público municipal, de administrações anteriores, não terem repassados os valores integrais das contribuições retiradas dos salários dos servidores. Como os valores repassados ao INSS foram inferiores aqueles que foram descontados, e como os cálculos para licenças e aposentadorias são realizados a partir das médias dessas contribuições, há ainda uma redução maior, obrigando os servidores a resistirem ainda mais, tendo em vista que, com a doença aumentam também as despesas com exames, medicamentos, viagens para os tratamentos especializados, entre outros gastos financeiros.

Os dilemas e as dificuldades vivenciadas pelos professores que tiveram a saúde afetada no decorrer do exercício profissional é uma questão que sofre múltiplos determinantes e que necessita uma compreensão mais profunda sobre os seus impactos e efeitos na vida desses docentes. Sendo assim, esta investigação, assume uma abordagem qualitativa e se propõe a uma escuta sensível por meio de um posicionamento empático e relação dialógica, que se inicia mesmo antes das entrevistas. O momento anterior às entrevistas trata-se de uma experiência significativa, tendo em vista que, informalmente, são colocadas as questões referentes aos estudos, problemáticas e proposta de investigação, considerando que o investigado, vivenciando uma situação de fragilidade precisa sentir-se seguro e que o pesquisador, por meio de um posicionamento ético vai compreendê-lo, respeitá-lo e dar voz às suas dificuldades, angústias e sofrimentos.

Guareschi (2003) assevera que para ser ético é necessário conviver num espaço onde todos possam ter voz e vez, onde exista a partilha e a solidariedade. Exista colaboração, relações igualitárias e fraternas cuja participação se dá em um nível simétrico por meio da ação e do diálogo comunicativo.

Todavia, para esta pesquisa, assumimos uma postura investigativa em que nos propomos dar conta da complexidade do fenômeno pesquisado sabendo-se que as questões da subjetividade nesse processo se fazem mais críticas e contribuem para o entendimento da realidade investigada. Gil (2017) define que a observação participante como um método de verificação empírica para estudos científicos comumente associados à fase de coleta de dados.

Salientamos que a natureza dessa pesquisa é básica com uma abordagem qualitativa e que a observação participante ocorreu apenas no momento anterior as entrevistas como estratégia para aproximar e ganhar credibilidades dos sujeitos para facilitar a coleta de dados.

A respeito da aplicação de entrevistas com instrumento para coleta de dados, Minayo (2014) aduz que a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala dos indivíduos e que revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos que transmite através de um porta-voz representações de um determinado grupo.

Na sequência as transcrições das entrevistas e a análise críticas das mesmas, procurando contextualizá-las dentro dos estudos que já foram realizados abordando essa temática. Ressaltamos que utilizamos as notas musicais para indicar as falas de cada professora investigada e que optamos por estes termos por eles se ligarem ao nosso tema de estudo.

Do Silêncio à Voz: O que pensam e falam as professoras em Readaptação Funcional

Alinhado aos princípios da pesquisa qualitativa que se pautam pelos princípios éticos de respeito e garantia do anonimato do/a participante, adotamos, nesta investigação, o nome das notas musicais para nomear as professoras que estão atualmente readaptadas, e, para registro e tratamento dos dados coletados, apresentaremos por meio de quadros que contemplarão as questões das entrevistas e as falas emitidas pelas participantes da pesquisa. Em seguida, serão aferidas análises e contextualizações a respeito de falas específicas ou do conjunto de falas sobre cada questionamento realizado.

Quanto ao tempo para as entrevista, o mesmo fora determinado pelo próprio entrevistado, pois além de registrar as respostas referentes a cada questão anteriormente estruturada, essa pesquisa também se propõe a uma escuta sensível e, portanto, dada as condições de fragilidade desses sujeitos, deixar florir as emoções, as indignações ou outros sentimentos que desejaram explicitarem. Entretanto, na condição de pesquisador dar-se-á privilégio as informações que conduzirão aos objetivos determinados para esta pesquisa.

Apresentaremos agora alguns dados referentes ao tempo de profissão e de readaptados dos docentes sujeitos dessa investigação.

O tempo médio de profissão das professoras é vinte e sete anos e sete meses de profissão, com uma média de readaptação funcional de cinco anos e nove meses. Quanto ao gênero, todas são do sexo feminino.

Para uma melhor sistematização didática do registro das falas das entrevistadas foram organizados quadros contendo o teor das respostas as questões das entrevistas, conforme veremos seguidamente. Cada quadro corresponde a um questionamento feito na entrevista e as falas dos sujeitos respectivamente. As falas, contidas no quadro abaixo, se referem à questão inicial: Quais as principais causas que você considera responsáveis pelo seu adoecimento?

Quadro 01: Relato sobre as questões responsáveis pelo afastamento docente de sala de aula

| | | | |
|---|--|--|---|
| <p><i>“Fendas nas cordas vocais e rouquidão. Sentia muita febre, dor de garganta, sem poder me alimentar até eu fazer a cirurgia”. (DÓ)</i></p> | <p><i>“Eu tenho muitos problemas de saúde, mas o que me tirou realmente de sala de aula foi um problema de artrose na minha perna esquerda na qual eu tive que fazer uma cirurgia e colocar uma prótese, juntamente com problemas de garganta”. (RÉ)</i></p> | <p><i>“Eu passei um tempo assim: eu chegava na sala de aula já chorando. Eu ficava apavorada, com crises de choro constantes, falta de ânimo geral, medo, fobia, angústia, sabe? Não aguentava mais aquelas cobranças. Aí a diretora me levou ao posto de saúde, aí o médico já me tirou da sala e fui encaminhada para um psicólogo”. (MI).</i></p> | <p><i>“Foi a carga horária muito pesada... Aí eu comecei a sentir coisas estranhas e resolvi ir ao médico... Sala de aula me dava um pânico, aí o psiquiatra descobriu, que eu me esforçava e preocupava muito com aqueles alunos e que isso estava ocasionando vários problemas”. (FÁ)</i></p> |
|---|--|--|---|

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

De acordo com o quadro 01, percebe-se que cinquenta por cento das entrevistadas foram afastadas de sala aula acometidas de problemas orgânicos e que a outra metade por problemas de natureza psicológica.

Apreende-se pelas falas das professoras que foram afastadas por transtornos psicológicos (MI e FÁ), que os seus dramas estão diretamente relacionados aos impactos que às cobranças e a precarização que o sistema público tem imposto dos professores nos últimos anos. A busca por resultados nas avaliações externas – principalmente nas avaliações do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) Prova Brasil e SAMEB (Sistema de Avaliação Municipal das Escolas de Banabuiú), sobrecarregaram estas docentes para além das suas capacidades psicoemocionais, causando-lhes o afastamento da sala de aula. Essa situação foi tão impactante para elas que foi necessário o acompanhamento de psicólogos e psiquiatras para diagnosticar suas doenças e também encaminhá-las para a readaptação funcional.

Para Ball (2005), a natureza como são engendradas as reformas na educação tem provocado nos trabalhadores docentes certas “esquizofrenia de valores”, quando estes passam a assumir a cultura do desempenho, em detrimento de seus valores pessoais e das reais necessidades dos alunos. A partir disso, os docentes enfrentam conflitos que negam em muitos aspectos a sua formação, sua experiência e até mesmo sua percepção de educação. Isso porque a responsabilidade de um bom desempenho profissional não leva em consideração até que ponto este desempenho é ou não o mais adequado, mas se ele está condizente com os resultados que se espera do mesmo, já projetados em metas.

A consciência de que os níveis de cobranças estão trazendo consequências para a saúde dos trabalhadores docentes é um fato que precisa ser considerado, uma vez que, na atual conjuntura, será

necessária a construção de alternativas que deem conta dos problemas que afligem os trabalhadores docentes.

No sentido de obter as informações que indicam as condições que afastaram os docentes de sala de aula, dirigiu-se a seguinte questão: Como se deu o seu afastamento da sala de aula?

Quadro 02: As condições em que se deu o afastamento dos docentes de sala de aula

| | | | |
|--|--|---|---|
| <i>“Por indicação médica, depois que eu fiz a cirurgia no hospital das Clínicas”. (DÓ)</i> | <i>“Por indicação médica, mas se for pra eu ir para sala de aula fazer o que? Eu tenho que ir”. (RÉ)</i> | <i>“Eu fui sendo acompanhada pelo psicólogo e ele me encaminhou para um psiquiatra. Ele me readaptou. Ele me perguntou o que era que tinha na escola onde eu pudesse ficar. Aí eu disse: tem a sala de multimídia e a Biblioteca”. (MI)</i> | <i>“Assim: eu fui preciso falar com o prefeito né? Eu não queria ir para o INSS... Então ele falou que não podia... Aí, até então, eu ainda estava só com o psicólogo, aí eu fui procurar o psiquiatra para ele me dar um laudo. Se não, eu iria para o INSS. Aí ele me deu um comprovante que eu podia ficar readaptada em outra atividade dentro da escola”. (FÁ)</i> |
|--|--|---|---|

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

O quadro 02 indica que o processo readaptativo deu-se por indicação médicas e que não existe no município uma legislação voltada para o atendimento e/ou enquadramento legal para os profissionais que adoeceram no decorrer do seu exercício profissional. Há uma preferência por parte da gestão, que estes profissionais sejam afastados pelo o INSS para não onerar as despesas públicas. Essa postura ficou bastante evidente na fala da professora FÁ, e, nas demais, pois, para que fossem aceitas, foi necessário laudos e/ou encaminhamentos médicos orientando a readaptação.

Outro aspecto observado é que não há política de acolhimento desses profissionais quando são retirados de sala de aula. O local destinado geralmente é o da Biblioteca. Muitas vezes essa “escolha” é feita entre o médico e a paciente como vimos nos discursos de Mi e FÁ.

A Biblioteca ainda constitui um dos espaços onde os professores em readaptação mais preferem. Supõe que esta preferência se dá por ser este espaço, o local em que os professores continuam mantendo uma relação com os seus ex-alunos e também por ser uma atividade mais próxima, dentro da escola, com a prática docente.

Há, também, certa insegurança quanto ao tempo em que o processo de readaptação durará. Como não há um conhecimento consolidado a respeito do direito à readaptação, fica subentendida na fala de algumas das docentes que o desvio de sua função se deu muito mais como um ato de generosidade dos gestores do que uma garantia de seus direitos, como fica evidenciada na fala da professora Mi quando ela assevera: “mas se for para eu ir para sala de aula, fazer o que?”.

Medeiros (2010) nos dá importante contribuição para o enfrentamento dessa questão:

[...] os profissionais da saúde apontam diretamente para o fato de que a legislação, em si, não é suficiente para promover a reintegração do professor ao ambiente escolar, torna-se necessário primordialmente, considerar da perspectiva do próprio readaptado em relação ao seu retorno e reintegração ao ambiente escolar. (MEDEIROS, 2010, p.172).

É justamente essa ausência de parâmetros legais e institucionais que contribui para uma postura desrespeitosa em que muitos profissionais são submetidos. Sem conhecimentos consistentes a respeito de seus direitos e estando emocionalmente fragilizados, muitos deles acabam por aceitar situações injustas, ou, quando lhes é concedido esse direito, passam a ser vistos como “bondade” dos gestores.

As condições em que se deram esse processo nos ajudam a compreender o momento inicial de reintegração, possibilitando-nos ampliar os conhecimentos sobre as funções designadas a cada uma, então questionou-se: Como aconteceu a sua readaptação funcional?

Quadro 03: Como se deu, efetivamente, a Readaptação Funcional no ambiente escolar

| | | | |
|---|--|---|--|
| <p><i>“Na biblioteca. Depois eu passei um tempo na sala dos computadores”. (DÓ)</i></p> | <p><i>“Na época eu tinha um documento me indicando a readaptação. Todo mundo na escola sabia do meu problema. Eu acho que foi isso!”. (RÉ)</i></p> | <p><i>“Na verdade foi assim: como eu estava muito estressada, apavorada, com medo, angústia, para mim foi bem melhor, foi um alívio muito grande. O que estava me fazendo mal era aquilo – estar em sala de aula. Eu passei vinte e um anos ensinando a faixa etária de seis a doze anos. Para mim foi um alívio, uma bênção de Deus”. (MI)</i></p> | <p><i>“assim: eu não fiquei totalmente fora da sala de aula. Eu dou reforço para crianças que não sabem ler e isso melhorou bastante a minha saúde, pois eu estou contribuindo com alguma coisa... Eu não estava em condições de ficar com uma turma grande os dois horários, mas aí atender um aluno para mim ajuda muito na minha saúde”. (FÁ)</i></p> |
|---|--|---|--|

Fonte: quadro organizado pelo pesquisador/2018.

A biblioteca é o espaço onde a maioria das docentes é encaminhada depois da saída de sala de aula, exceto para a professora Mi que até hoje se sente apavorada quando precisa realizar qualquer atividade envolvendo docentes.

O fato de elas terem sido colocadas em série/ano que deveriam ser submetidas aos processos avaliativos, mesmo sendo contra a sua vontade, gerando preocupações e expectativas desencadearam diversos transtornos, cujas consequências perduram até a atualidade, tendo em vista que elas não conseguiram retomar as suas atividades de sala de aula e vivem sob o uso de psicotrópicos diariamente.

As experiências pedagógicas que desencadearam o seu processo de adoecimento foram tão traumáticas que uma das sujeitas pesquisada entra em pânico com a possibilidade de voltar à sala de aula. Pressupõe que a mesma atribui as experiências em sala de aula ao seu adoecimento e, por isso, a mesma desenvolve apenas tarefas administrativas para evitar esse contato direto e efetivo com os discentes. As demais professoras encontram na biblioteca um espaço para continuar mantendo o contato com os alunos além de ser uma forma de sentirem-se úteis na escola.

Há uma clara despreparação ou mesmo falta de políticas institucionais para receber e assistir os profissionais em readaptação. Apesar de nenhuma das professoras terem mencionado a existência de uma política de acolhimento e preparação para as novas funções, elas encontram nas atividades que realizam um meio para contribuir nas ações escolares. A professora Fá, por exemplo, continua dando aulas de reforço para alfabetizar os alunos com dificuldades para desenvolver a aprendizagem e encontra nessa atividade uma maneira, não somente de continuar a contribuir com a escola, mas, também, o de

manter o seu vínculo profissional. A mesma considera como causas para o seu adoecimento as salas com uma quantidade excessiva de alunos e as cobranças para obtenção de melhores resultados.

Ressalta-se assim, que a falta de um acolhimento e direcionamento das readaptadas nas novas funções a elas designadas constitui em uma significativa dificuldade que também pode agravar o seu estado de saúde, além de que, esse profissional vem passando por situações extremas alterando, potencialmente, a sua capacidade laboral e, inevitavelmente, a sua identidade frente aos novos desafios.

No tocante às mudanças provocadas pela a readaptação funcional, foi dirigido o seguinte questionamento: Quais as principais mudanças que esse processo trouxe para sua vida?

Quadro 04: Registro das principais mudanças que o processo de readaptação causou na vida dos docentes

| | | | |
|--|---|---|--|
| <p><i>“Foi muito ruim para mim, eu achei. Eu não queria me afastar de sala e por isso o meu problema se agravou mais... porque eu gostava do que eu fazia. Eu sofri muito devido a humilhação, a falta de compreensão até mesmo dos colegas; eu ouvia as pessoas falarem assim: ah! Não faz quase nada, não vive se matando em sala de aula como a gente e recebe do mesmo tanto que nós!. Para mim isso era um constrangimento e tanto... Eu queria estar com a minha saúde para cumprir com o meu papel de professora”.</i> (Dó)</p> | <p><i>“No começo eu achei ruim, senti muita falta da sala de aula, como hoje ainda sinto, mas eu tenho medo, se eu tiver que voltar para sala de aula pela minha saúde, mas se for pra voltar, fazer o que né?”.</i> (RÉ)</p> | <p><i>“As cobranças por parte dos grupos gestores. Muitas cobranças pelo fato de eu ser ‘gavada’ como uma boa alfabetizadora. Então, aquilo fazia com que as pessoas cobrassem mais, exigisse que você deveria ficar numa série porque você é boa nessa série, então você vai ficar nessa série porque você traz resultados. As pessoas não entendiam que eu estava trazendo resultados mas aquilo estava acabando comigo”.</i> (MI).</p> | <p><i>“Assim: meus alunos, é... sempre me quiseram bem. Eu gostava de fazer aquilo. Eu tinha afeto por eles e quando eles passam na Biblioteca eles falam: oi tia! Vem falar comigo e é muito gratificante. Os colegas: uns entende e outros ficam assim, a gente não sabe. Achem que a gente fica sem fazer nada e é difícil a gente saber o que se passa nas pessoas. Uns apoiaram, me deram força também, eu estava precisando, mas a gente ver que tem alguns que ficam meio torcido com a gente”.</i> (FÁ).</p> |
|--|---|---|--|

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

A despeito deste aspecto referido no quadro 04, três das quatro professoras readaptadas demonstram sofrimento quando foram afastadas de sala de aula. No caso da professora Dó, houve uma resistência inicial para o seu afastamento, ocasionando-lhe um agravamento no seu estado de saúde.

No geral, percebe-se que alguns aspectos foram apontados como causadores de impactos ou mudanças na vida desses profissionais com a readaptação, como veremos a seguir:

- ✓ As professoras relatam sobre a falta de compreensão por parte de alguns gestores e até mesmo de alguns colegas professores, causando-lhes sentimentos de humilhação e de inferioridade em relação aos seus pares;
- ✓ Elas deixam claro que há dificuldade das pessoas que estão fora do processo readaptativo em entender suas demandas, sofrimentos e angústias, o que gera constrangimento e até mesmo sentimento de culpa pela situação que enfrentam;
- ✓ É notória a tensão que estas docentes foram submetidas, em especial àquelas em que sofreram cobranças e imposição para que assumissem situações que iam além das suas condições psicológicas, desencadeando doenças e síndromes que perduram até os dias atuais. Esta tensão se reflete mais ainda pelo medo em relação à possibilidade de voltar para sala de aula, como é o caso das professoras Mi e Ré;
- ✓ A falta de sensibilidade da maioria das pessoas e a gestão de pessoal por parte de alguns gestores para perceber as dificuldades apresentadas pelas docentes, submetendo-as a situações extenuantes, gerou, conseqüentemente, transtornos no comportamento dessas profissionais, desencadeando agravamento na sua saúde e levando-as ao afastamento da sala de aula como aconteceu com as docentes Mi e Fá.

Esteves (1999, p.144) afirma que “o mal-estar docente é uma doença social produzida pela falta de apoio da sociedade aos professores.” Considera ainda, que a forma de enfrentamento do problema deve ser por condições de trabalho e no apoio que o profissional deve receber para realizá-lo. Sem dúvidas, essa falta de apoio social e profissional que atinge principalmente as pessoas que tiveram a sua saúde afetada, prejudicando a sua capacidade produtiva contribui por demais para que intensifique o sofrimento que passam. (ESTEVES 1999).

Para Reis (2014), esse apoio, soma-se a formação continuada que possibilite refletir e falar sobre suas experiências individuais. No entanto, pontua-se aqui que o mal-estar é muito discutido academicamente, todavia é pouco discutido nas escolas. Mesmo que o mal-estar seja visível ou ainda invisível, serão necessárias maiores informações aos docentes a fim de proporcionar reflexões sobre o próprio cotidiano, no intuito de buscar alternativas para o enfrentamento do problema.

Importante saber sobre o posicionamento dos docentes em readaptação e sobre o que eles sentem a respeito de seus pares no ambiente escolar. Nesse sentido, achou-se pertinente lançar a seguinte indagação: Como se sentem relação aos alunos, aos professores e aos gestores?

Quadro 05: Como os docentes readaptados se sentem em relação aos alunos, professores e gestores

| | | | |
|---|---|---|--|
| <p><i>“Eu quero bem a todos! Meus ex-alunos me respeitam bastante. Eu fico muito tocada quando eles me perguntam: tia, quando a tia vai voltar? A tia não vai mais ensinar a nós não? Isso me dá muita tristeza, isso é muito ruim para mim. Eu não posso dizer às crianças que eu não posso mais voltar; eu não vou dizer isso para uma criança, eles não vão entender né?... Eu digo: meu filho, quando a tia ficar boa, a tia volta! [...] mas sou consciente que isso não será mais possível”. (DÓ)</i></p> | <p><i>“Eu sinto muita falta, muita saudade dos meus alunos e de exercer a docência. Às vezes vejo meus colegas, eu me sensibilizo né? Pois eu não estou em sala de aula e eu vejo a influencia deles, a preocupação e tal. Mas o que me conforta hoje é que eu já passei muito por isso também, desenvolvi o meu papel com muito carinho, com preocupação também”. (RÉ)</i></p> | <p><i>“Eu me dou bem com todos! Quando vejo meus ex-alunos e eles me dizem: eu aprendi ler com você e isso é muito satisfatório para gente e muitas mães também me dizem: meu filho aprendeu com você. A letra da minha filha é boa porque a letra dela foi baseada na sua. Em relação aos professores eu me dou bem. Às vezes a gente escuta falar algo que a gente não quer escutar né, que a gente está sendo beneficiada, sabendo que a gente está por causa de uma doença, mas tem deles que não entende”. (MI).</i></p> | <p><i>“Às vezes sim, às vezes não. Porque assim: eu contribuí, eu dei o melhor de mim né? Eu acho que foi isso que fez adoecer mais, por eu querer fazer o melhor e querer fazer as coisas direito. Não me acho inferior não”. (FÁ).</i></p> |
|---|---|---|--|

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

O quadro 05 nos faz compreender que, conforme as respostas dadas pelas professoras há um sentimento de reconhecimento em relação à importância que os alunos têm na vida de cada uma, resultado do trabalho que tivera quando estava em sala de aula. Esse reconhecimento, manifestado pelos ex-alunos e pelos pais produzem sensações antagônicas, pois, ao mesmo tempo em que servem para elevar a sua autoestima, sentem valorizadas e menos culpabilizadas pelo fato de estarem doentes e, por isso, não mais exercendo a docência, tomam consciência de que a possibilidade de voltarem a exercer a docência torna-se cada vez mais uma realidade remota.

No que diz respeito ao que elas sentem em relação aos colegas professores, evidenciam que são incompreendidas por alguns deles, em especial quando sabem que eles julgam injusta a readaptação ao considerarem que seja um benefício e não um direito. Apesar disso, manifestam a consciência tranquila

porque sabem que deram a sua contribuição quando estava exercendo a docência, além de atribuir o seu adocimento às condições precárias de trabalho e pelas preocupações que tinham para alcançar um resultado exitoso dos seus alunos.

Outro questionamento direcionado as investigadas era saber como se sentiam em relação aos seus gestores. Sobre este aspecto, nenhuma das entrevistadas fez alusões, o que é compreensível e respeitado, considerando que a readaptação, na percepção das professoras, possa ser algo transitório e que depende também, da compreensão e aceitação dos gestores e, diante disso, qualquer manifestação contrária aos mesmos poderia resultar em retaliações futuras. Ressalta-se que este posicionamento foi manifestado por duas das investigadas durante as conversas informais mantidas com o pesquisador e, desse modo, o teor dessas falas não aparecerão no corpo deste texto.

Tendo como base as percepções emitidas pelas docentes é possível evidenciar que, no contexto geral da readaptação, a maioria das pessoas que está fora desse processo, posiciona-se em defesa da produtividade do trabalho e ainda é vista como fonte determinante do ser e, não estar diretamente inserido no processo produtivo acarreta desvalorização. Esse posicionamento está explícito nas falas das investigadas quando afirmam que alguns dos seus colegas consideram a readaptação injusta, pois “enquanto a gente tá se matando para dar aulas, as professores não faziam nada”. (DÓ).

A percepção dos readaptados a respeito da forma como os mesmos foram tratados no período imediatamente posterior a saída da sala de aula constitui o próximo tópico de investigação que está descrito na tabela a baixo. Então, emitimos a seguinte indagação: Você considera que a sua readaptação ocorreu de modo justo e respeitoso? Justifique.

Quadro 06: Considerações das docentes readaptadas sobre a forma como foi/é tratada o tempo que ficou/estar fora de aula se foi justo ou não

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>“Não. Não foi justa... principalmente pela parte do núcleo gestor. Não foram justos, apesar de serem conscientes daquilo que eu tinha. Jogaram-me mesmo. Me diziam: tem a lei, quem é concursada tem que ir para os seus cantos, se não pode exercer sua função, vá para o INSS. E foi o que fiz! Porque eu não tinha essa lei (referindo-se à lei da Readaptação Funcional, (grifo meu), na mão para reivindicar meus direito né? (DÓ).</p> | <p>“Hoje sim. Eu sinto porque eu estou afastada da sala de aula, eu sinto aquela emoção, aquela coisa de não está mais em sala de aula e não estar ali com os meninos. Aqui na Biblioteca eu sinto esse aconchego com eles, todos os dias a gente tem esse contato”. (RÉ).</p> | <p>“Considero sim. Porque eu acho que se eu estivesse em sala de aula eu já teria enlouquecido de tudo. Com certeza acho justo sim. Eu não suportaria mais. Para mim a sala de aula é uma cópia rasurada do inferno. Não dar mais. Se é de eu voltar para sala de aula, eu prefiro a morte”. (MI).</p> | <p>“Não, não foi tão justo não viu? Eu batalhei bastante, sofri né, para conseguir isso aí. Fui humilhada! bastante humilhada! Não foi fácil para mim não. Foi muito difícil! Eu não sabia que existia uma lei que garantia isso”. (FÁ).</p> |
|---|--|--|--|

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

Os posicionamentos das docentes readaptadas, de acordo com os relatos do quadro 06, apontam que cinquenta por cento das investigadas sofreram humilhações e sentiram-se desrespeitadas durante o processo de saída da sala de aula para o exercício de outras funções na escola. Essa situação ainda foi potencializada pelo fato de acreditarem que a readaptação funcional dependia de um benefício a ser aceito e concedido pelos gestores e não por uma lei que lhes garantiam esse direito. Houve gestores que

mostraram-se resistentes a aceitação desses profissionais no enquadramento de outras funções na escola, pressionando-as a manterem-se em sala de aula, ou, então, entrar de licença no INSS. Vieira (2013), entende que essa ausência de políticas ou ações organizacionais recai, principalmente, para o profissional em readaptação pois:

Um professor readaptado é afetado por todos os desdobramentos organizacionais, e raramente é ouvido em suas questões, sendo desconsiderado em suas demandas, e ignorado por um coletivo que lhe atribui responsabilidade exclusiva pelos seus males. (VIEIRA, 2013, p. 28).

Compreende-se que, quando um professor é retirado de sala de aula para exercer outra função fora de sala de aula, esse processo traz oneração para os cofres públicos, principalmente porque outro professor precisa ser contratado para assumir as aulas do docente readaptado, que continuará recebendo seus vencimentos normalmente. Considerando que o salário dos docentes em nosso país, apesar de ainda ser muito baixo, contratar um servidor burocrático ou auxiliar de biblioteca ainda é menos oneroso do que contratar um professor. Daí ser frequente a pressão, por parte dos gestores, para os docentes em processo de adoecimento constante, entrarem de licença no INSS.

No quesito nível de satisfação do readaptado, fez-se a pergunta: Quanto às funções que você exerce como professor (a) readaptado (a), você se sente satisfeito (a)? Explícite sua resposta.

Quadro 07: Nível de satisfação das docentes readaptadas em relação às funções que exercem atualmente

| | | | |
|--|--|---|--|
| <p><i>“Me sentia. Eu procurava fazer o máximo para agradar a todos que me procurava. Eu acho que nessa parte aí eu nunca recebi nenhuma reclamação do núcleo gestor”. (DÓ)</i></p> | <p><i>“Eu não queria sair da minha escola. Sou feliz em estar nessa escola com meus colegas, meus alunos. A gente não perdeu totalmente o contato, eu participo dos planejamentos e sei tudo que está acontecendo e o que vai acontecer na escola”. (RÉ)</i></p> | <p><i>“Sim porque eu não aguentava mais ficar em sala de aula”. (MI).</i></p> | <p><i>“Foi sim. Eles me ajudaram muito”. (FÁ).</i></p> |
|--|--|---|--|

Fonte: - quadro organizado pelo autor/2018.

De acordo com as falas das professoras fica evidente que a readaptação foi um benefício considerando o sofrimento que enfrentavam anteriormente. Independente dos problemas físicos ou psicológico que eram acometidas, a prática docente estava sendo uma carga insuportável. E, como concebem a readaptação como um processo que depende da sensibilidade e compreensão dos gestores, há manifestação de gratidão por não continuarem a desenvolver suas funções na sala de aula. No entanto, há um desejo de serem úteis nas funções que passaram a exercer.

Questão levantada: Quais as principais consequências de natureza psíquica-emocionais e profissional e que processo ocasionou para você?

Quadro 08: As consequências emocionais que o adoecimento e afastamento de sala de aula causaram as docentes

| | | | |
|--|--|---|---|
| <i>“Foram muitas viu. Porque assim: mesma eu me sentindo humilhada; muitas vezes criticada porque eu não estava em sala de aula, eu me sentia como se eu fosse uma pessoa inútil. Eu não sou inútil! Eu não me sentia uma pessoa valorizada porque as pessoas achavam que pelo fato de eu não estar em sala de aula, eu estava sendo injusta porque eu não produzia o que elas queriam... mas quando uma pessoa está no comando ela faz o que quer”. (DÓ).</i> | <i>“Eu agradeço a Deus que quando eu estava bem ruinzinha a diretora tomou uma posição e disse: você não tem condições de estar em sala de aula, aí pronto, desde essa época eu fiquei totalmente na biblioteca e só tenho a agradecer”. (RÉ).</i> | <i>“Eu me tornei uma pessoa depressiva, o pessoal me perguntava se eu estava doente, que doença eu ‘tava’ né, aí eu ia explicando: eu ‘tava’ com ansiedade em alto grau, com fobia, medo, síndrome do pânico, essas coisas tudo. Pronto, foi uma depressão generalizada. Na época, eu fui encaminhada para o psicólogo né, fiquei fazendo terapia, passei vários meses com o doutor psicólogo e depois eu fui encaminhada para um psiquiatra, aí eu me tornei uma pessoa hipertensa”. (MI).</i> | <i>“É assim: às vezes eu acho que... É difícil! Você ter a sua profissão e antes do tempo você precisar ser afastado daquilo por conta de problemas de saúde. Porque o que eu queria mesmo era continuar na sala de aula né, trabalhando, fazendo o que eu fazia, mas aí não foi possível e eu estou aqui pelejando”. (FÁ).</i> |
|--|--|---|---|

Fonte: - quadro organizado pelo autor/2018.

Entende-se que este quesito foi o que mais trouxe consequências dolorosas para os docentes. São falas bastante fortes que demonstram um enorme grau de sofrimento, seja pela forma em que seu deu o processo readaptativo, seja pela falta de compreensão e solidariedade por parte de outros servidores que consideravam a readaptação injusta.

Há um desabafo dos docentes ao deixar explícito que a readaptação não é uma escolha ou um privilégio, mas é um caminho, um direito que precisa ser respeitado e compreendido por todos. Ademais, ser readaptado não é sinônimo de invalidez e inutilidade perante as ações que são desenvolvidas na escola, tampouco uma injustiça com os professores que continuam em sala de aula. Estas pessoas podem continuar a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da escola. Serem rotuladas de doentes, problemáticas, só afetam ainda mais a sua autoestima e o sentimento de culpa que muitas vezes estas docentes nutrem e relação a sua condição e situação de trabalho na escola.

Um olhar mais atento a estas pessoas é possível perceber que elas “gritam” por respeito e compreensão. Sentem-se necessidade de serem vista como seres humanos capazes de serem úteis com a escola e com a sociedade em que estão inseridas. Reis (2014) contribui para uma compreensão parcial sobre as questões que envolvem as relações entre o adoecimento e o trabalho quando nos diz que:

As exigências para o alcance das metas no IDEB não podem ser desconsideradas no contexto dos níveis de adoecimentos a que hoje estão expostos os trabalhadores docentes. Os abalos psicológicos frutos dos desgastes cotidianos, em ter que constantemente mediar a falta das condições de trabalho e objetivos educacionais do sistema, pode determinar os processos de adoecimento entre estes trabalhadores. Desconsiderar este fato é fechar os olhos para um futuro não tão alentador, pois trabalhadores docentes afastados, com licenças, abandonos, são fortes concorrentes para uma escala cada vez mais baixa no nível de qualidade da educação. (REIS, 2014, p. 155).

Vale ressaltar que as consequências emocionais vivenciadas e manifestadas pelas docentes, em especial Dó e Mi, produziram estragos irreparáveis a sua saúde física e mental, assim como na sua identidade profissional e pessoal.

Sobre o questionamento que trata da identidade e suas alterações, que se inicia com o processo de adoecimento e que se agrava, comumente, com a readaptação, emitimos a seguinte indagação: Como você avalia o seu processo de Readaptação Funcional?

Quadro 09: As alterações que a readaptação provocou na vida profissional e na identidade pessoal

| | | | |
|---|--|---|--|
| <p><i>“Mexeu bastante! Porque eu acho assim: na hora que você adoecer e você tinha um concurso naquela área e não está podendo mais exercer, se você não tiver o psicológico bom, você entra tipo numa depressão.... Era o meu sonho ser professora e eu consegui concretizar o meu sonho. Pena que eu não consegui ir até o final” (DÓ).</i></p> | <p><i>“Para mim foi um alívio!” (RÉ)</i></p> | <p><i>“Eu me tornei uma pessoa hipertensa, eu tomo vários comprimidos para depressão e também sou acompanhada pelo psicólogo até hoje e tomo vários tipos de medicamento. Eu tomo quatro antidepressivos todos os dias e tomo três para hipertensão e quase todos os dias tomo remédio para dor de cabeça”. (MI).</i></p> | <p><i>“Senti falta, mas não ao ponto de mexer no meu emocional. Só falta! No início senti bastante, no decorrer do tempo eu fui me acostumando, graças a Deus”. (FÁ)</i></p> |
|---|--|---|--|

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

Vimos por meio do quadro 09, que as alterações relatadas pelas docentes em relação aos aspectos abordados na questão apontam que o desvio da função provoca danos à identidade profissional do professor, trazendo danos à sua saúde física e psicológica, que vão além daquelas das quais foram responsáveis pelo seu afastamento da sala de aula. Foram relatados quadro de depressão, crises de ansiedade e hipertensão na maioria das docentes pesquisadas. Algumas patologias foram adquiridas durante o período readaptativo, inclusive com aquelas que foram encaminhadas para a readaptação por problemas físicos.

Reis (2014) enfatiza que as alterações na vida e na identidade do trabalhador estão relacionadas a:

Cada vez mais, a lógica que orienta o trabalho docente, acompanhado do discurso de responsabilidade, eficiência e eficácia acaba por tornar o trabalhador docente mais sensível a essas exigências, havendo um efeito sobre sua subjetividade, tornando o trabalho mais uma obrigação no sentido negativo, uma vez que resta pouco espaço à satisfação profissional. (REIS, 2014, p.144).

É importante ressaltar que, diante da possibilidade de não mais exercer a docência, essa condição significa, para algumas destas pessoas, não apenas uma solução para os problemas que estavam enfrentando, mas um sonho que foi interrompido, causando frustrações e danos na sua identidade pessoal e profissional. Subjetivamente, as marcas dos estigmas advindas das ideologias normatizadoras do trabalho na atualidade afetam a natureza psíquica-emocional dessas pessoas fazendo que se sintam inúteis ou desvalorizadas pelo que fazem.

A readaptação funcional, enquanto um direito e uma saída para os docentes que tiveram a sua saúde comprometida durante o exercício da sua vida profissional é também um “benefício” que precisa ser enfrentado como um processo contínuo e em desenvolvimento; que necessita de acompanhamentos e suportes especializados, a fim de que a situação que a *priori* se apresenta como solução, poderá se transformar em um agravante para a saúde física e emocional dessas pessoas.

A nossa investigação mostrou que todas as professoras participantes da pesquisa adquiriram ou agravaram problemas de hipertensão o que as obrigam ao uso diário de medicamentos. Até mesmo uma das professoras que se readaptou por problemas físicos, com o passar do tempo, desenvolveu a hipertensão, crises de ansiedade e depressão, levando-a ao acompanhamento psicológico periodicamente.

As informações obtidas permitiram-nos averiguar que todas as entrevistadas são hipertensas e que setenta e cinco por cento são acompanhadas por psicólogos e/ou psiquiatras e que fazem usos de medicamentos antidepressivos.

Diante os dados acima expostos é possível avaliar que a readaptação profissional é uma “saída” imediata para aqueles que passam por dores e sofrimentos intensos, mas que não significa uma solução aos problemas enfrentados por estes profissionais. Se o caminho percorrido até a readaptação constituiu um verdadeiro calvário, depois da readaptação, outras lutas e desafios foram necessários para enfrentamento dessa situação. São novos desafios de natureza institucional que contribuirão para potencializar ou amenizar os problemas que esses profissionais enfrentam.

Visão dos Gestores sobre a Readaptação Funcional

O princípio da gestão escolar numa perspectiva democrática do ensino público foi incorporado à Constituição Federal de 1988, junto a outros princípios inseridos no artigo 206 do corpo constitucional, vindo reforçar o caráter democrático da chamada “Constituição Cidadã”. Em termos educacionais, a Constituição foi ainda mais explícita e inovou em relação aos textos anteriores ao incluir, entre seus princípios, a “gestão democrática do ensino público” (art.206, VII). Estes dispositivos abriram espaço para a institucionalização de mecanismos de participação na gestão de escolas e de sistemas educacionais, procurando eliminar as ações centralizadoras nas escolas públicas.

Vale ressaltar que os princípios constitucionais do ensino devem ser lidos e interpretados em sua integralidade, portanto, em termos jurídicos, a gestão democrática é tão importante para a “garantia do padrão de qualidade” quanto à “valorização dos profissionais da educação”, a “gratuidade” e o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (CF/88, art.206, incisos VII, V, IV e III, respectivamente).

Como os gestores escolares são as pessoas mais próximas aos readaptados e responsáveis pelas ações administrativas e de coordenação pedagógica, inserimos nessa investigação também as percepções deste segmento, com propósito de melhor compreensão do fenômeno estudado.

O que pensam os/as diretores administrativos e os coordenadores pedagógicos sobre a readaptação funcional

A readaptação funcional é um grande desafio que, embora afete diretamente à vida do docente readaptado, constitui desafios de ordens administrativas e pedagógicas que também precisa ser

investigado para uma melhor compreensão do fenômeno. As entrevistas realizadas com os gestores sinalizaram para preocupações de ordem legal e funcional que nos faz perceber a falta de conhecimentos e unicidade par tratar a questão de maneira justa e respeitável.

Diferentemente do modo de como tratamos e incluímos as falas dos docentes, ou seja, procurando transcrevê-las na integralidade básica, no que se refere às falas dos gestores, faremos recortes maiores, considerando que o número de sujeitos investigados foi superior aos dos docentes e, também, porque transcrevê-las integralmente, não acrescentariam dados substanciais para os objetivos desta pesquisa. Para cada questão apresentada, apresentaremos parte das falas dos gestores e procederemos à análise do conteúdo conforme discorremos anteriormente com as falas dos docentes.

A primeira questão dirigida aos gestores busca compreender a maneira como aconteceu a readaptação funcional na escola. Então, foi feito a seguinte indagação: Como se deu o processo da readaptação profissional do (a) professor (a) nessa escola?

Quadro 10: Como se deu a readaptação funcional docente na escola em que é gestor

| Falas dos Gestores Administrativos | Falas dos Coordenadores Pedagógicos |
|--|--|
| <p><i>“Quando eu entrei na gestão, uma das professoras já estava readaptada... A segunda professora, ela se afastou... através de orientação médica. Ela procurou um psicólogo, este a encaminhou para um psiquiatra que pediu - através de um relatório médico - que ela fosse remanejada, inclusive a orientação de onde ela deveria ir: biblioteca ou parte burocrática da escola”. GESTOR 1.</i></p> <p><i>“É... o processo de readaptação da professora se deu a partir do momento que o médico avaliou e, por ela ter alguns problemas de saúde nas cordas vocais, né? o médico fez com ela fosse readaptada.” GESTOR 3.</i></p> <p><i>“... a gente como gestor tem que ter alguma lei que ampare, além do laudo médico. A gente encaminha essa pessoa para os recursos humanos da prefeitura. Lá eles mandam a ordem, atendendo a um receituário médico e aí a gente faz essa readaptação.” GESTOR 5.</i></p> | <p><i>“Ela se deu assim: a gente chama a professora, conversa e mostra o que elas podem fazer para ver se ela concorda. Aí a gente dá algumas funções para ela fazer.” GESTOR 2.</i></p> <p><i>“E... quando eu cheguei na escola, a professora já havia sido inserida, né? Já havia sido readaptada, a gente fez algumas modificações. Ela antes atuava na Biblioteca e a gente botou ela como coordenadora do Projeto Mais Educação.” GESTOR 4.</i></p> <p><i>“Bom, os professores que aqui trabalham e que são readaptados, devido algum tipo de doenças que eles têm, pedem para serem remanejados para um ambiente por conta de alguma dificuldade porque ela tem problemas de saúde; que não consegue mais ficar em sala de aula e quando chega esse momento, ele solicita essa readaptação para esses ambientes onde eles não vão ter tanta dificuldade como as que ele enfrenta em sala de aula.” GESTOR 6.</i></p> |

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

As respostas a esta questão se deu de modo diferenciado em alguns aspectos. Salientaram que algumas das professoras já se encontravam readaptados quando assumiram a gestão, além de demonstrarem preocupações em relação à questão legal que ampare estes profissionais. Porém, foram unânimes no que diz respeito ao direito ou a condição para aceitar a readaptação profissional ter sido as decisões médicas.

Em suas falas, não demonstraram terem conhecimentos legais que amparassem ou orientassem esse processo. Sendo assim, o fator preponderante para o direito a readaptação - conforme enfatizam as falas dos gestores - foram os laudos médicos indicando que o servidor não encontra com condições físicas ou psicológicas para continuar no exercício de sala de aula. Sem dúvida, o laudo médico foi o indicador principal para a solicitação da readaptação funcional exigido na Lei Federal 8.213 de 1991, que concede este benefício. Percebe-se que há falta de conhecimento dessa lei, tanto pela parte dos gestores como por parte dos docentes. Uma das docente da pesquisa asseverou que foi praticamente

obrigado a entrar de licença pelo INSS porque seus gestores haviam informado que quem não pudesse assumir a sala de aula deveria entrar com licença médica.

No que se refere às falas dos coordenadores pedagógicos, percebe-se, inicialmente, que não há uma política de direcionamento voltada para o acolhimento e atendimento das demandas reais do docente afastado de sala de aula em decorrência de a sua saúde ter sido comprometida. A maior preocupação ainda é de encontrar um espaço que atenda a necessidade e os interesses dos gestores. Na realidade, a escola não tem se preparado para lidar com esta situação, e, portanto, não há como oferecer opções de trabalho que possa adequar-se a ambos, tão pouco, a readaptação funcional tem sido enfrentada como uma questão de relevância na administração pública municipal.

Esteves (1999) aponta a necessidade de se buscar soluções que evitem o aumento de trabalhadores que buscam a readaptação. Para o autor, duas abordagens são necessárias: a preventiva, que se faz imprescindível na formação inicial dos trabalhadores docentes, a qual seria a adequação da formação às novas exigências e problemas de ensino, pois ele entende que o trabalhador docente mais preparado terá melhores condições de enfrentar os desafios do cotidiano escolar; e a segunda seria a articulação de estrutura que possibilitasse ajudar a estes profissionais em exercício. Ainda, o autor indica uma formação permanente, que propicie ao trabalhador a assimilação “das transformações na educação, na sala de aula e no contexto social que o rodeia.” (ESTEVES, 1999, p. 118).

Diante da complexidade em que abarca do trabalho docente na atualidade e a falta de políticas e conhecimentos acerca da readaptação, os docentes têm sido cada vez mais penalizados em suas demandas laborais, em especial, pela fragilidade em que se encontram físicos e emocionalmente e pela a indiferença dos demais profissionais que fazem parte do seu ambiente de trabalho. Não há indícios, por parte da administração municipal, de que esta questão seja enfrentada também como uma questão de saúde pública ou que reconhece como uma realidade permanente cada vez mais presente nas repartições públicas.

Outro questionamento de interesse investigativo dirigido aos gestores objetivando conhecer a concepção frente a readaptação funcional foi: O que você pensa sobre a readaptação profissional?

Quadro 11: O que pensam os gestores sobre a readaptação funcional

| Falas dos Gestores Administrativos | Falas dos Coordenadores Pedagógicos |
|---|--|
| <p><i>“Bem... eu acho necessária... é perceptível que elas estão doentes; que não tem mais capacidade de estar em uma sala de aula; que o rendimento não é mais o mesmo... inclusive a segunda professora readaptada, um dos motivos que ela relata ter sido necessária a readaptação foi devido por está sendo incomodada por não está dando mais os resultados, e, assim, uma readaptação bem planejada, juntamente com o diretor ou a coordenação pedagógica, vindo para aonde esse profissional ir e o que fazer, eu acho importantíssimo. Isso contribui demais para o trabalho da escola”. GESTOR 1</i></p> <p><i>“Penso que se o professor necessita dessa readaptação, eu acho que ele deve ser readaptado sim, e deve ser muito bem aproveitado no ambiente em que ele for readaptado, como um apoio, um suporte maior tanto aos gestores como à escola como um todo, para poder ajudar no desenvolvimento da escola.” GESTOR 3.</i></p> | <p><i>“Eu acho que quando o professor não está em condições de fazer as suas atividades que era de costume, ele tem que realmente ser readaptado à alguma coisa que ainda é possível ele fazer.” GESTOR 2.</i></p> <p><i>“Se o professor está com problemas e como ele já foi readaptado, provavelmente o médico sabe o que faz né? Quem somos nós para julgar esse professor? Até porque eu como professora, eu acho certo. Se ela está com problemas, está com dificuldades, então tem que procurar uma melhor forma de desenvolver o seu trabalho.” GESTOR 4.</i></p> <p><i>“Eu acredito que é importante. A partir do momento que o professor não se sente mais seguro, cem por cento para estar no ambiente de sala de aula que requer muitos desafios, por ele está em constante movimentação e interação com os alunos, ele chega em um momento e que não consegue e prejudica, de certa forma, a turma.” GESTOR 6.</i></p> |

| | |
|---|--|
| <i>“(...) A readaptação profissional tem que ser vista com bons olhos, pois realmente o professor, nós, não vamos adoecer porque queremos. Agora, precisa ter uma lei municipal para amparar isso junto com o laudo médico, como tem para os alunos da inclusão educacional.” GESTOR 5.</i> | |
|---|--|

Fonte: quadro organizado pelo autor /2018.

O posicionamento dos gestores administrativos a respeito da readaptação funcional demonstra ser uma medida necessária, considerando, principalmente, porque esses professores não são capazes de apresentar os resultados que outrora apresentavam. Acreditam que deve ser um processo que necessita de planejamento para que esses profissionais possam ter um trabalho mais produtivo na escola. Demonstram que o trabalho dessas docentes poderia ser mais produtivo e funcionar como suporte no desenvolvimento da escola.

Essa expectativa de que os professores readaptados poderiam ser melhores aproveitados, implícita nas falas dos gestores vai ao encontro com a queixa dos docentes, quando afirmam sentirem-se incapazes ou mesmo desvalorizados nas funções que atualmente exercem. A falta de um planejamento direcionado às novas funções – que deve ser função da gestão – assim como o acompanhamento de suas necessidades laborativas e/ou pessoais pode causar a esses mestres impactos ainda mais intensos no processo readaptativo fazendo-os sentir incapazes e desvalorizados.

Os efeitos que esses impactos produzem na vida dos docentes em readaptação podem ser compreendidos, em grande parte, pela política de educação que vem transformando a educação de qualidade nas instituições de ensino por uma educação de quantidade, não importando qual o custo humano envolvido.

O posicionamento dos coordenadores pedagógicos em relação o que pensam sobre a readaptação funcional demonstra que a reconhecem como algo necessário, principalmente porque este profissional já apresenta um histórico de problemas de saúde que certamente tem refletido no funcionamento normal das atividades pedagógicas, e, conseqüentemente, nos resultados das metas educacionais desejadas. Também porque este profissional já dispõe de um laudo médico atestando o seu comprometimento e a impossibilidade de continuar em sala de aula, o que torna a readaptação uma decisão inquestionável. Por último, porque quando o docente não está mais apresentando as condições “ideais” para desenvolver o seu trabalho, interferindo inclusive no processo funcional da escola e esse docente não consegue mais ficar de licença pelo o INSS, que também evita o máximo de conceder uma aposentadoria, a saída mais indicada acaba sendo a readaptação funcional.

Em momento algum é feita uma relação entre a doença física ou psicológica enfrentada pelo docente com o trabalho de ele realiza no momento. Há uma consciência coletiva de eles estão limitados e que continuar em sala de aula acabaria por prejudicar o desenvolvimento da escola. Porém, o sofrimento vivido por esses trabalhadores é desconsiderado, potencializando ainda mais a sua dor.

O sofrimento, numa perspectiva mais abrangente, pode ser considerado como uma resposta às perdas. As perdas de um estado de conforto, a perda da existência livre de dor, a perda da dignidade, a perda da mobilidade, a perda de um futuro idealizado ou a perda da própria identidade. (MORSE, 2006).

Para esclarecer melhor sobre a efetivação do papel dos gestores frente ao fenômeno da readaptação foi solicitado aos mesmos, que explanassem sobre a seguinte questão: Enquanto gestor (a), que ações são desenvolvidas na escola para orientação/direcionamento do trabalho do professor readaptado?

Quadro 12: As ações desenvolvidas na escola para orientação/desenvolvimento do trabalho do professor readaptado

| Falas dos Gestores Administrativos | Falas dos Coordenadores Pedagógicos |
|---|---|
| <p><i>“Aqui, as duas professoras que estão readaptadas, a gente sentou, conversamos individualmente para ver em que elas seriam mais úteis. Uma dessas professoras está na Biblioteca, controlando quem pega ou devolve os livros e realiza um trabalho de reforço... A outra professora está ajudando na secretaria”. GESTOR 1.</i></p> <p><i>“A gente indica algumas ações onde está a cargo desse professor né? em que ele está em condições de realizar: como fazer um reforço, se for possível e ajudar em outras tarefas aqui na gestão.” GESTOR 2.</i></p> <p><i>“Eu penso que lá no setor onde ele está sendo readaptado, ele poderia criar um projeto para desenvolver dentro da escola, como um apoio tanto para o professor como para o núcleo gestor, como algum projeto de leitura ou de laboratório.” GESTOR 3.</i></p> | <p><i>“Quando a gente entrou (na gestão) a gente mudou ela de setor porque lá ela ia desenvolver um melhor papel, colaborando mais com a escola e assim ela estaria num processo não direcionada diretamente envolvida com os alunos, mas num processo de ajuda a esses alunos.” GESTOR 4.</i></p> <p><i>“O apoio que a gente dá não é tanto pedagógico, o direcionamento que a gestão dá é mais para o ambiente que ele foi remanejado, de como é que vai ser o trabalho dele no ambiente. Mas formação mesmo a gente não tem, só direciona quais são as suas novas atividades, sem uma preparação para aquilo, porque ele já está tão limitado que as pessoas não colocam tanta atividade para ele realizar devido a essas dificuldades.” GESTOR 6.</i></p> |

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

Na fala dos gestores administrativos fica claro que não há um direcionamento unificado com orientações da gestão municipal para lidar com essa realidade. Não há uma coesão nos procedimentos e nas decisões tomadas em relação ao processo de readaptação. Na fala do Gestor 1, percebe-se uma preocupação em definir atividades específicas que estejam alinhadas às necessidades da escola. Embora demonstre a existência de diálogo entre as partes, a maior preocupação é que possam ser inseridas no processo produtivo da escola. Um exemplo disso é oferecer aulas de reforço aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Entende-se que dar reforço não é o mesmo que estar em sala de aula com mais de vinte alunos, mas é preciso entender que o afastamento da professora deu-se em decorrência da sua dificuldade em lidar com pressões pela as melhorias dos resultados. Indiretamente, a professora permanece ligada ao processo da melhoria dos índices educacionais.

O Gestor 3 entende que a pessoa readaptada poderia ser mais produtiva e dinâmica na sua nova função, acreditando que caberia a ela elaborar e desenvolver projetos para serem aplicados na escola. Sabendo-se que essa tarefa é de competência da gestão, que deve discutir e elaborar os projetos educacionais com o coletivo de professores e demais segmento da escola e não delegar a uma professora readaptada que, além de suas limitações provenientes das causas que levaram o seu afastamento de sala de aula, ainda teria que planejar o seu próprio trabalho e provar que é essencial na escola.

Os coordenadores pedagógicos admitem não haver um trabalho sistemático voltado para a orientação/direcionamento para o trabalho dos docentes em readaptação. A falta de direcionamento e até mesmo de uma formação inicial e continuada para assistir e permitir que estes profissionais possam desenvolver um trabalho mais significativo para eles mesmo e até para escola, faz com que se sintam “abandonados” causando mal-estar para si mesmo e os outros. Por outro lado, é admitido que quando lhes são atribuídas tarefas, mesmas aquelas mais complexas, há um empenho para que as sejam

desenvolvidas satisfatoriamente.

É notório que a readaptação funcional é um desafio que afeta diretamente a pessoa que teve a sua saúde comprometida, a ponto da mesma ser afastada das atividades de sala de aula, mas, também é, um desafio para os gestores, uma vez que esse afastamento, além de trazer ônus financeiro para a administração pública municipal, provoca outras implicações de ordem administrativa e de gestão de pessoal dentro da escola. Pode-se apreender diante das falas expostas que, o que falta realmente para o enfrentamento dessa questão é que sejam incluídos nos processos de gestão, a existência real desses profissionais e propor de modo planejado e acompanhado as atividades que eles poderão desenvolver sem trazer impactos tão intensos para sua vida profissional e pessoal.

Considerando que os desafios e dificuldades para enfrentar o fenômeno readaptativo existem e são manifestadas por ambas as partes e que devido a isso, há uma interferência na dinâmica dos processos de gestão de pessoas e de formas diferenciadas de trabalho na escola, perguntou-se aos gestores: Quais dificuldades que um (a) gestor (a) enfrenta diante de uma readaptação profissional?

Quadro 13: Dificuldades manifestadas pelos gestores em relação a readaptação funcional

| Fala dos Gestores Administrativos | Falas dos Coordenadores Pedagógicos |
|--|---|
| <p><i>“Aqui... a gente percebe um certo constrangimento em relação aos colegas que estão em sala de aula... As vezes a gente escuta frases como se insinuando que elas não estivesse doente, algo desse tipo. A dificuldade que vejo é essa, mas em relação ao trabalho delas, eu não vejo dificuldade nenhuma.” GESTOR 1.</i></p> <p><i>“A gestão, ela é muito criticada porque professor A ou professor B está inserido naquele ambiente, ganhando o mesmo valor, sendo que ele não faz a mesma coisa. Tanto a gestão sofre pressão como o professor sofre essa discriminação por ele está lá.” GESTOR 3.</i></p> <p><i>“... Talvez até alguns colegas não vão se sentir bem porque ela está ali enquanto eles estão trabalhando.” GESTOR 5.</i></p> | <p><i>“É, algumas são as reclamações que a gente enfrenta de outros profissionais da escola como professores que não querem aceitar a readaptação de alguns professores.” GESTOR 2.</i></p> <p><i>“É, a pressão dos colegas que não entendem ou não querem entender porque sempre eles dizem: ah! Fulana está ganhando o mesmo tanto que a gente, enquanto a gente está se matando em sala de aula. A gente ver muito isso e sempre recai encima da gente.” GESTOR 4.</i></p> <p><i>“As principais dificuldades são com o grupo todo. Por exemplo, tem profissionais que acha injusto ter alguém num ambiente que tem a mesma formação, o mesmo salário e digamos que num ambiente readaptado ele é professor, mas não exercem a mesma função. Então muitas pessoas acham injusto por causa disso.” GESTOR 6.</i></p> |

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

Os gestores, tanto os administrativos como os coordenadores pedagógicos foram unânimes em apontar como principal dificuldade para um gestor frente à readaptação funcional ser a falta de compreensão de alguns colegas que não entendem o processo ou consideram ser injusto o fato do professor que não está diretamente inserido no processo educativo de sala de aula receber o mesmo valor que um professor que se encontra fora. Evidenciamos essa discriminação também na fala de alguns dos professores readaptados, o que comprova a existência dessa discriminação, principalmente porque a relação atividade – produtividade – salário, aparece como uma forma de “injustiça”. Não há entre os que estão inseridos diretamente no processo de resultados, uma reflexão sobre a situação dos companheiros que tiveram a saúde afetada, muitas vezes em consequência da sua atividade profissional, tão pouco, se eles sofrem estigmas ou sentem inferiorizados pela a situação se se encontram.

Quando propomos que essa investigação pudesse contribuir para um tratamento mais humanizado, altruísta e respeitos aos servidores que se encontram nessa situação, é porque de fato, esses profissionais além de enfrentar as dificuldades com as doenças que lhes são acometidas, ainda sofrem

com o estigma e falta de compreensão, até mesmo de seus pares.

Seguidamente, perguntamos aos gestores: Como você avalia o trabalho que o(a) professor(a) readaptado(a) desempenha na Escola?

Quadro 14: Avaliação dos gestores sobre o trabalho dos professores readaptados na escola

| Falas dos Gestores Administrativos | Falas dos Coordenadores Pedagógicos |
|---|--|
| <p><i>“Das que são readaptadas aqui, elas contribuem demais com o trabalho pedagógico da escola... elas têm contribuído demais. Eu acho ótimo ter as meninas readaptadas.” GESTOR 1.</i></p> <p><i>“É, eu acho que o professor readaptado, ele precisa mostrar um trabalho dentro da escola, não sei de que forma, mas acho que ele deveria desenvolver um trabalho melhor. Até mesmo às vezes a gente pensa... eu não sei o que passa na cabeça dele, mas ele acha que está readaptado não precisa contribuir em nada. Mas, acho que ele pode desenvolver um bom trabalho junto à gestão.” GESTOR 3.</i></p> <p><i>“Nós temos uma professora em readaptação profissional aqui na escola e o trabalho que a gente deu para ela, realmente ela realiza, mas a gente vê que em determinados momentos ela tem dificuldade para desenvolvê-lo devido não a sua falta de capacidade, mas devido seu problemas físicos. Às vezes ela falta, trás um atestado, mas justamente devido os problemas que ela está enfrentando.” GESTOR 5.</i></p> | <p><i>“Eu avalio como eles têm assim um bom desempenho em ajudar a escola, em ajudar os gestores e ajudar também os colegas de trabalho. Eles realizam um trabalho bom.” GESTOR 2.</i></p> <p><i>“Bom, foi um trabalho bom no qual ela se empenhou, correu atrás, deu bastante suporte para os monitores. Então, eu tenho certeza que foi um bom desempenho.” GESTOR 4.</i></p> <p><i>“É um pouco fragilizado devido às dificuldades que esse professor já enfrenta com seus próprios empecilhos, mas são pessoas que fazem o que precisa ser feito só que com suas limitações.” GESTOR 6.</i></p> |

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

O papel da gestão e sua concepção frente à readaptação funcional faz uma grande diferença para o desenvolvimento efetivo dos professores que vivenciam esse processo. Quando o gestor acredita que, apesar dos problemas enfrentados, o profissional pode contribuir significativamente com o desenvolvimento da escola, ele busca, seja pelo diálogo, seja pelo apoio e incentivo, fazer com que ele seja e sinta útil para escola, designando tarefas que seja possível, como foi percebido na fala do Gestor 1.

O mesmo não acontece como o posicionamento do Gestor 2. Este insiste que o docente em readaptação precisa mostrar um trabalho dentro da escola, embora ele mesmo não saiba o que será. Deixa transparecer que o “benefício” da readaptação precisa ser compensado de alguma forma e que essa demonstração de “gratidão” precisa partir exclusivamente da professora readaptada.

Na visão do Gestor 5, a limitação do problema físico que a professora enfrenta impede que a mesma desenvolva atividades mais complexas na escola. Significa que os gestores também não poderão exigir que mesma possa ir além daquilo que ela já faz. Esse posicionamento condiz literalmente com o tema desse estudo que é uma voz silenciada no canto na escola.

Também os coordenadores pedagógicos admitem que os professores readaptados, apesar das limitações e fragilidade física e/ou emocional na qual se encontram, ainda assim são capazes de desenvolverem trabalhos significativos na escola, mesmos não estando em sala de aula.

Dessa forma, fica evidente que as expectativas que os gestores têm a respeito do trabalho que esses professores desenvolvem dentro da escola faz muita diferença. No entanto, é preciso levar em conta que a natureza dos problemas pelas quais esses profissionais foram afastados de sala de aula foram também diferenciados. Isso significa que cada um apresenta situações e limitações diferenciadas que

precisam ser avaliados e considerados quanto às atividades designadas a eles. Afirmar que são pessoas que “não se pode contar muito com eles” perante seus colegas, não somente os desclassificam como sentenciam a uma situação estigmática onde se sintam cada vez mais “incapazes” ou “descartados” para sentirem-se produtivos na escola. Parker (2013) abordando sobre o preconceito, o estigma e a discriminação na saúde pública aponta importante contribuição para compreensão dos efeitos que eles causam afirmando que:

Temos agora uma clareza muito maior sobre as maneiras pelas quais o preconceito, o estigma e a discriminação causam danos não apenas pelos seus efeitos diretos, mas nas formas pelas quais sua implantação como parte de exclusão social e de violência estrutural na verdade negam o acesso à saúde e corroboram, assim, as causas fundamentais da doença. (PARKER, 2013, p. 44).

Infelizmente, pouco, ou quase nada, tem sido feito para atenuar os impactos e os efeitos que a doença produz na vida profissional e pessoal das pessoas que enfrentam essa situação. Entender essa realidade sob o ponto de vista daqueles que sofrem o estigma, a discriminação e o preconceito, é sem dúvida, o primeiro passo para se adotar posturas mais humanas e altruístas.

Por último, indagamos aos gestores: Você considera que o modo como está acontecendo a readaptação profissional é o modo mais justo e correto? Justifique sua resposta.

Quadro 15: Posicionamento dos gestores quanto ao modo como vem acontecendo a readaptação funcional

| Falas dos Gestores Administrativos | Falas dos Coordenadores Pedagógicos |
|---|---|
| <p><i>“Assim, eu não sei muito bem qual seria o correto, eu acho que além de ir pro médico, depois da orientação em relatório deveriam passar por um perito da prefeitura, aí, esse perito ia realmente dizer se elas deveriam ser remanejadas ou não.” GESTOR 1.</i></p> <p><i>“Eu acho que sim, porque se o professor está readaptado ele já passou pelo o processo, pelo médico. O médico já reavaliou, deu a readaptação dele. Agora cabe a ele ou a gestão - não sei - chegar junto dele, aproximar ele e junto a ele como uma parceria criar algum projeto que desenvolva aqui na escola e que nos ajude de uma forma geral. Acho que ele tem tudo para desenvolver um bom trabalho naquilo que a escola precisa.” GESTOR 3.</i></p> <p><i>“Eu acho que sim. nós também não temos condições de pegar um professor e deixar de fora. Nós temos que realmente readaptar; esperar que complete o ano ou para ir para o INSS. Mas quando está longe de se aposentar temos que readaptar, mas temos que ter o laudo médico e outras coisas e colocá-lo num local que ele possa desenvolver alguma coisa.” GESTOR 5</i></p> | <p><i>“Não sei assim direito se é o mais justo ou o mais correto, mas está sendo o que eles têm a possibilidade de realizar né? o que é conversado com eles, com o núcleo gestor e a opinião de alguns professores na medida do possível que eles possam realizar as tarefas que a gente atribui.” GESTOR 2.</i></p> <p><i>“Acredito que sim, já que ela foi readaptada, o médico fez todo o processo, fez exames para chegar a essa readaptação. Então foi justo sim.” GESTOR 4.</i></p> <p><i>“Eu acho que não, porque de certa forma é uma ajuda para esses professores que não conseguem mais está em sala de aula, mas eu acho que eles deveriam ter uma formação específica para trabalhar mais direcionado com o público que ele vai trabalhar.” GESTOR 6.</i></p> |

Fonte: quadro organizado pelo autor/2018.

O posicionamento dos gestores deixa claro o que readaptação funcional acontece porque existe um laudo médico atestando a necessidade dos servidores serem desviados da função de sala de aula e, diante de uma questão legal, não há como desacatá-la. Porém, acreditam que deveria haver outro mecanismo, como a própria administração municipal dispor de um perito para assegurar que esse benefício seja merecido. Também insistem na ideia que para que a readaptação fosse um processo correto e justo esses professores deveriam ser mais produtivo.

O ideal para os gestores e para administração era que esses profissionais fossem assegurados pelo INSS, pois, assim, livrariam da carga financeira e outros transtornos para a gestão de pessoal dentro da escola. Ignoram que esses docentes possam estar passando por dramas pessoais e profissionais que precisam da compreensão dos gestores e demais profissionais.

Compreende-se que, no geral, os professores em readaptação - apesar das limitações e fragilidades - são profissionais que desejam contribuir com o desenvolvimento da escola. A maioria dos gestores avalia como positiva, embora admitam melhorias no enfrentamento desse processo.

É preciso, entretanto, confrontar as percepções e dificuldades que cada segmento enfrenta com a readaptação funcional. Trazer a tona uma discussão sobre essas dificuldades e enfrentamentos é, sem dúvida, uma forma racional e mais viável para amenizar impactos e construir relações mais harmoniosas e respeitadas no ambiente de trabalho. Acreditamos ser o diálogo e o respeito ao outro, principalmente que este passa por situações de dor, o melhor caminho para dirimir conflitos e estabelecer justiça. Sabemos também que esta questão não se esgota com essa investigação, muito menos pretendemos que seja uma regra para todas as pessoas que enfrentam essa mesma situação social. Na tessitura social, os fenômenos são variáveis e mutáveis porque estão condicionados aos conjuntos de relações e circunstâncias, mas nem por isso, não sejam passíveis de investigação e compreensão.

Considerações Finais

Chegamos ao ponto em que precisamos ponderar nossas considerações sobre o que o que foi abordado e sobre o que foi investigado e analisado neste estudo. É o momento em que precisamos retornar ao problema definido; rever nossos objetivos que direcionaram esta pesquisa e avaliar se os mesmos foram alcançados; assim como saber se as hipóteses se confirmaram ou foram negadas conforme os dados da pesquisa se apresentam. Saibam que todo o percurso realizado, desde a escolha do tema à análise dos resultados, foi encarado com espírito investigativo, criticidade e aprendizagem sobre o fenômeno estudado. Conforme afirma Richardson 2017, p. 372: “Uma pesquisa cumpre o seu objetivo quando seus resultados dão uma resposta satisfatória ao problema inicial”.

Compreender o processo da readaptação funcional dando ênfase a ótica do educador, analisando os efeitos e os impactos que esta condição laboral trás a sua capacidade produtiva e a sua identidade pessoal e profissional foi um caminho perseguido em todo o processo investigativo. Nesse sentido, é o momento em que revisitamos as hipóteses levantadas para averiguar se as mesmas se confirmaram ou não.

Partindo do pressuposto de que a readaptação profissional vivenciadas pelos professores da rede municipal de Banabuiú-CE, quando não exercida segundo os parâmetros legais, dificulta a readaptação dos docentes, excluindo-os de suas funções profissionais significativas e proporcionando pois, impactos tanto a sua identidade social como pessoal. Esta investigação confirmou que, tanto os professores em

readaptação como seus respectivos gestores possuem conhecimento vago em relação ao âmbito legal que ampara o profissional que foi desviado de função em decorrência do seu adoecimento. Em virtude da ausência de conhecimentos sobre o âmbito legal, tem favorecido para adoção de práticas injustas e diferenciadas no enfrentamento do processo readaptativo. Verificou-se que o determinante para colocar um servidor público efetivo em readaptação tem sido o laudo médico indicando o remanejamento do profissional para exercer outras funções que não seja a sala de aula, pois esta tem sido apontada como a provocadora ou potencializadora dos sintomas que este sujeito apresenta.

O passo seguinte, depois de conseguir o laudo médico, é de competência dos gestores escolares que deverão acolher e direcionar o trabalho desse servidor em sua nova função. Conclui-se pelas falas dos professores e dos próprios gestores que não há um método ou um conjunto de orientação a ser seguida. Cada um conduz o processo readaptativo segundo suas próprias concepções e interesse, mediante aquilo que a escola pode oferecer.

Também se comprovou que os docentes que vivem a readaptação desconhecem a Lei Federal 8.112 que trata desta questão. Essa falta de conhecimento favorece para que alguns gestores tomem medidas arbitrárias como, por exemplo, forçar docentes a tirarem licenças no INSS, sob pena de terem que retornar ao exercício efetivo de sala de aula.

O que se pode abstrair dessa situação é que os docentes em readaptação enfrentam muitas dificuldades e desafios que potencializam a sua situação de fragilidade psicossocial, acrescentado a isso, o fato deles não continuar inseridos diretamente no processo que sustenta a cultura dos resultados nos últimos anos. Estar fora de sala de aula e, conseqüentemente, estar fora dos resultados mensurados pelas avaliações – principalmente as externas – tem sido também uma forma de acentuar a exclusão e o estigma que esses sujeitos enfrentam. Sequer é feita uma associação entre a cobrança por resultados e o processo de adoecimento desses docentes. Vale lembrar que cinquenta por cento dos sujeitos desta pesquisa apontaram como responsáveis pelo seu adoecimento, as cobranças que sofriam para as melhorias dos resultados dos seus alunos nas provas que eram submetidos.

Vale salientar que essas exigências atendem a demanda do sistema capitalista neoliberal que entre outras coisas tem neutralizado em muitos aspectos a autonomia docente em orientar e executar suas práticas pedagógicas.

Um ponto forte verificado com a investigação diz respeito à percepção dos colegas docentes em relação aos que estão readaptados. Não sabemos se consciente ou inconscientemente, ou até mesmo influenciados por esse processo de padronização e cultura dos resultados, mas a queixa principal exposta pelos sujeitos da pesquisa foi a falta de um comportamento altruísta por parte dos que estão em sala de aula. Tanto as falas dos professores readaptados como dos gestores ficou evidenciado que muitos consideram injusto um professor que estar em sala de aula receber o mesmo valor que aquele que se encontra em função desviada. Essa postura negativa contribui significativamente para acentuar ainda mais o estado de fragilidade e exclusão do docente readaptado.

A guisa das considerações alertamos que as políticas educacionais vigentes, orientadas pelos de procedimentos didáticos padronizados específicos para obtenção dos resultados, tem contribuído para desencadear processos de adoecimento docente. O pior é que o fenômeno da readaptação tem sido encarado como um algo isolado e/ou transitório dispensando ao poder público, principalmente, o estabelecimento de políticas voltadas para o enfrentamento dessa realidade.

Sugerimos que seja incluído nas pautas da administração pública municipal o fenômeno da readaptação profissional como uma situação concreta a ser enfrentada efetivamente por meio de diálogos e de políticas que garantam a prevenção, a permanência e a assistência continuada a esses profissionais. Por outro lado, não é admissível, humanamente falando, que as instituições públicas e a sociedade continuem ignorando ou comportando-se insensivelmente as dores e dramas que os profissionais em readaptação enfrentam. Encarar de maneira respeitosa e altruísta a readaptação funcional é valorizar esses profissionais como seres humanos concretos, que tiveram a sua saúde afetada e que necessitam da compreensão dos demais para romper com a situação de exclusão e estigma na qual enfrentam constantemente.

Essa investigação mostrou que as professoras sujeitas dessa pesquisa enfrentam grandes dificuldades e desafios que afetam efetivamente suas vidas, pois como o passar do tempo e a evolução das doenças a que são acometidas, elas são forçadas a vivenciar novas relações que provocam alterações na autoimagem e na autoestima, influenciando na perda de seus papéis familiares e sociais. Sentem-se um “fardo”, colocando-se muitas vezes numa situação de dependência e de perda psicológica do seu Eu. A perda de amizades, a previsível desintegração da sua atividade profissional e nas suas relações interpessoais constitui-se como fator gerador de sofrimento, podendo resultar numa ameaça antecipada ao sentido da vida. Conforme afirma Paulo (2006), numa sociedade altamente tecnológica a humanização dos serviços e as competências relacionais tendem, muitas vezes, a ser minimizadas, senão ignoradas, resultando em um elevado sofrimento para as pessoas doentes.

Sensibilizar a comunidade educacional sobre as dores, os dramas e os impactos que a pessoa em situação de readaptação enfrenta poder ser uma forma de encará-los como seres concretos que apesar de suas limitações e desejos precisam ser respeitados e valorizados naquilo que se propõem em realizar. Afinal, adoecer não é uma escolha ou opção. É sempre uma condição de fragilidade que mexe com a identidade pessoal e profissional, fragilizando o sujeito que diante a ignorância e o desrespeito dos outros, poderá se transformar em UMA VOZ SILENCIADA NO CANTO DA ESCOLA.

Referências

ASSUNÇÃO A. A. **Saúde e Condições de trabalho nas escolas públicas**. In: Andrade D. (org). Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. Belo Horizonte: Autêntica; 2003. p.87.102.

BALL, Stephen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____. **Lei Federal Nº 8.112**. Artigo 24 de 11 de dezembro de 1990.

_____. **Ministério da Previdência Social**. Anuário Estatístico da Previdência Social. Suplemento Histórico. 2008.

COSTA, Marisa Vorraber. **Gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares**. Porto alegre: Editora Sulina. 1997.

CRUZ, R.M.; LEMOS, J.C.; **Atividade Docente, condições de trabalho e processo de saúde**. Revista Motrivência. Ano XVII, nº 24, junho/2005.

ESTEVE, João M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: Editora EDUSC; 1999.

FREITAS, H. C. L. **A nova política de formação de professores: a prioridade postergada**. Educação e Sociedade, Campinas: v. 28, n. 100 – Especial out./2007.

GAMEIRO, Manuel G. H. **Sofrimento e Doença**. Coimbra: Quarteto. 1999.

GUARESCH, P. **Ética e Paradigmas**. In: PLONEN, K. S. (org.). **Ética e paradigmas na psicologia social**. Porto alegre: ABRAPSOSUL, 2003, p. 17-33.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KRUGMANN, Taís F. **História de vida de professores em processo de readaptação funcional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campina Grande – MS, 2015.

LACAZ, F. A. de C. **Capitalismo organizacional e trabalho – a saúde do docente**. Universidade e Sociedade. Brasília: n. 45, ano XIX, p. 51-59, jan. 2010.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde São Paulo** - Rio de Janeiro: 14ª edição, HUCITEC-ABRASCO, 2014.

MORSE J. **Toward a praxis theory of suffering**. Advances in Nursing Science. Apud PAULO J.M.R. **As vivências da dor e do sofrimento na pessoa com doença oncológica em tratamento paliativo**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Saúde. Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PARKER, Richard. **Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial**. IN MONTEIRO, Simone e VILLELA, Wilza (Org.). **Estigma e Saúde**. Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

PAULO, José. M. R. **As vivências da dor e do sofrimento na pessoa com doença oncológica em tratamento paliativo**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Saúde. Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

REIS, Maria Izabel A. dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém do Pará.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** Revista Atual e Ampliada. São Paulo: Atlas, 4ª edição, 2017.

RODRIGUES, Janete A. **O Mal-estar docente: Trabalho, saúde e educação.** Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. 2009.

SANTOS, Luciana Marques dos. **O sentido da readaptação atribuído pelas professoras.** Dissertação de Mestrado apresentado ao curso de Pós- Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2015.

SILVA, Flávia G. **O Professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP, 2007.

VIEIRA, Rosimary C. **Readaptação Funcional de Professores no Serviço Público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais.** Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

FARIAS, José Valvernages de; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Readaptação Funcional: Uma Voz Silenciada No Canto Da Escola.. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.44, p. 301-332. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 22/12/2018

Aceito 31/01/2019